

# **PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM SANEAMENTO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DE PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL**

**Dissertação de mestrado defendida em 24 de junho de 2019**

**Linha de pesquisa:** Políticas Públicas e Gestão em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos

## MARCO REGULATÓRIO

### Lei Federal 11.445/2007 e Decreto Federal 7.217/2010

Art. 9º O titular dos serviços formulará a respectiva política pública de saneamento básico, devendo, para tanto:

I - elaborar os planos de saneamento básico, nos termos desta Lei (BRASIL, 2007).

Art. 23. O titular dos serviços formulará a respectiva política pública de saneamento básico, devendo, para tanto:

I - elaborar os planos de saneamento básico, observada a cooperação das associações representativas e da **ampla participação da população** e de associações representativas de vários segmentos da sociedade, como previsto no art. 2º, inciso II, da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; [..]

Art. 26. [...]

§2º Após 31 de dezembro de 2019, a existência de plano de saneamento básico, elaborado pelo titular dos serviços, será **condição para o acesso aos recursos orçamentários da União** ou aos recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da administração pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico (BRASIL, 2017; 2015; 2014; 2007)

**Participação social pode ser influenciada por diversos aspectos**

(OLIVEIRA e REZENDE, 2016; LISBOA, 2013; MCCONVILLE, 2008; FEACHEM, 1980)



**Termos de referência**

**Principais motivações para o estudo**

- Atuação na elaboração de 44 PMSBs em Minas Gerais e Bahia
- Projeto SanBas

## Questões orientadoras e pressupostos:

Os PMSBs elaborados no Brasil têm considerado a premissa básica de participação social?

A participação social é exigida nos TRs, contudo se restringem a estratégias de divulgação dos estudos do plano e recebimento de sugestões e críticas por meio de consulta ou audiência pública

A sociedade civil tem sido incluída nos grupos para acompanhamento da elaboração dos PMSBs?

A participação é pequena e às vezes inexistente, sendo os grupos formados em sua maioria por membros do poder público e prestadores de serviços podendo ser por fatores políticos e também pela forma como é apresentada a diretriz nos termos de referência

Quais os principais desafios para a participação social na fase de elaboração dos planos de saneamento?

Os principais desafios e entraves para a participação social estão relacionadas à aspectos políticos, técnicos e econômicos

# OBJETIVOS

**GERAL:** Avaliar a participação social no processo de elaboração de planos municipais de saneamento básico no Brasil.

### Objetivos específicos

Analisar os termos de referência das principais instituições financiadoras de planos municipais de saneamento básico no Brasil, buscando identificar os aspectos relacionados à participação social

Identificar e analisar os mecanismos e instâncias participativas utilizadas para a elaboração de planos municipais de saneamento básico no Brasil

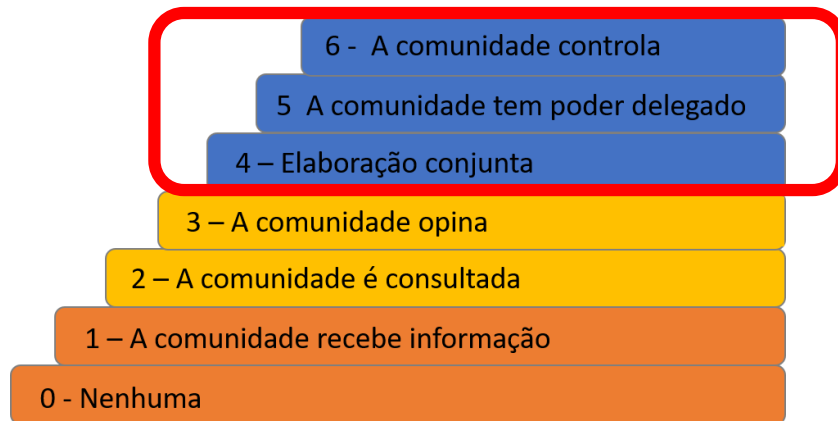
Discutir os desafios e potencialidades para a participação social no processo de elaboração de planos municipais de saneamento básico no Brasil

# Participação social em planos municipais de saneamento

## O que é participação social?

Conjunto de relações culturais, sociopolíticas e econômicas em que os sujeitos, individuais ou coletivos, diretamente ou por meio de seus representantes, direcionam seus objetivos para o ciclo de políticas públicas, procurando **participar ativamente da formulação, implementação, execução, avaliação, fiscalização** e discussão orçamentária das ações, programas e estratégias que regulam a distribuição dos bens públicos e por isso, interferem diretamente nos direitos de cada cidadão (ESCOREL & MOREIRA, 2012).

## Diferentes níveis de participação social



MORAES E BORJA (2005); BRASIL (2011)

## Planejamento participativo

Decisão tecnicamente fundamentada e politicamente sustentada → Maior chance de ser apropriados pelos gestores municipais e pela população → Melhores resultados em sua implementação.

(LISBOA, 2013; RATNER E GUTIERREZ, 2004; KVARNSTRÖM e af PETERSENS, 2004; CARVALHO, 2001; BUARQUE, 1999; FEACHEM, 1980)

## Participação social no contexto do marco normativo

## Participação nos planos

Art. 26. *A elaboração e a revisão dos planos de saneamento básico deverão efetivar-se, de forma a garantir a **ampla participação das comunidades, dos movimentos e das entidades da sociedade civil, por meio de procedimento que, no mínimo, deverá prever fases de:***

- I - **divulgação**, em conjunto com os estudos que os fundamentarem;*
- II - recebimento de sugestões e críticas por meio de **consulta ou audiência pública**; e*
- III - **quando previsto na legislação do titular, análise e opinião por órgão colegiado** criado nos termos do art. 47 da Lei nº 11.445, de 2007 (BRASIL, 2010, grifo da autora).*

## Controle social no saneamento

Art. 2º *Para os fins deste Decreto, consideram-se:*

*VI - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participação nos processos de **formulação de políticas, de planejamento** e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico (BRASIL, 2010).*

Art. 34. *O controle social dos serviços públicos de saneamento básico poderá ser instituído mediante adoção, entre outros, dos seguintes mecanismos:*

*I - debates e audiências públicas;*

*II - consultas públicas;*

*III - **conferências das cidades**; ou*

*IV - participação de órgãos colegiados de caráter consultivo na formulação da política de saneamento básico, bem como no seu planejamento e avaliação.*

*(BRASIL, 2010, grifo da autora).*

# Participação social em planos municipais de saneamento

## Participação social no contexto do marco normativo

### Acesso à informação

Art. 26. [...]

§ 1º A divulgação das propostas dos planos de saneamento básico e dos estudos que as fundamentarem dar-se-á por meio da disponibilização integral de seu teor a todos os interessados, **inclusive por meio da rede mundial de computadores - internet e por audiência pública** (BRASIL, 2010, grifo da autora).

Art. 7º **É dever dos órgãos e entidades promover, independente de requerimento, a divulgação em seus sítios na Internet de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, observado o disposto nos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.527, de 2011.**

§ 1º Os órgãos e entidades deverão implementar em seus sítios na Internet seção específica para a divulgação das informações de que trata o caput (BRASIL, 2011, grifo da autora).

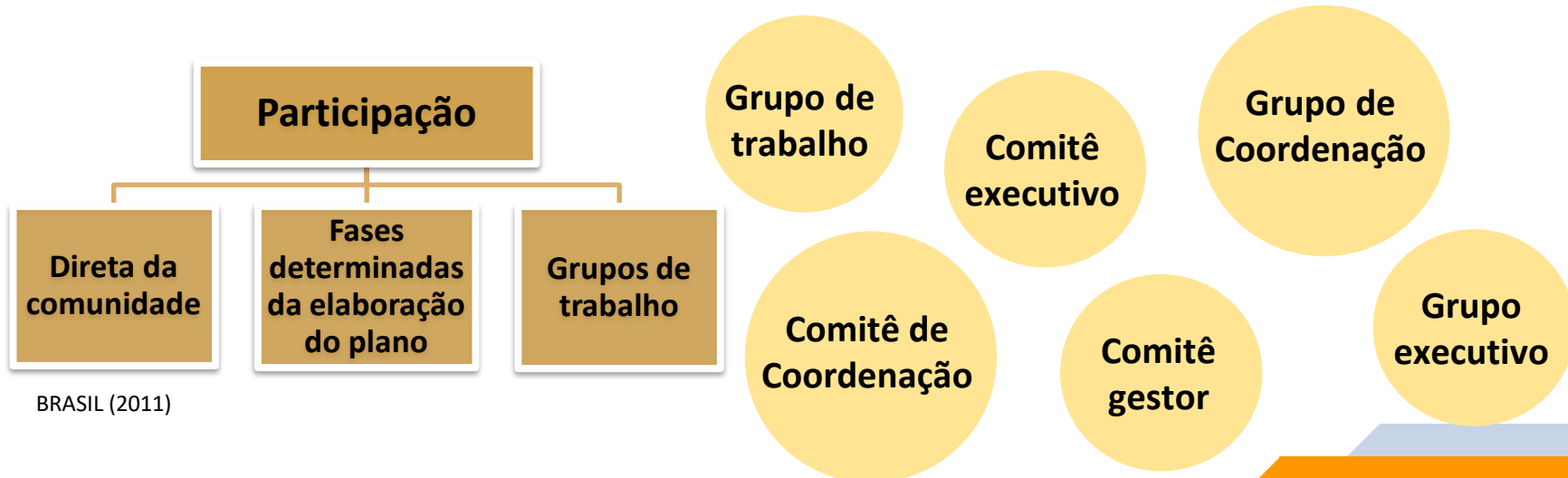


# Participação social em planos municipais de saneamento

## Termos de referência (TR) para elaboração de PMSBs

Conteúdo mínimo de um PMSB, estabelecido no marco normativo

Especificação dos mecanismos de participação social (mínimo estabelecido no marco normativo)



BRASIL (2011)

## Participação em diferentes instâncias participativas

| <b>Conselhos de políticas públicas</b>   | <b>Conferências de políticas públicas</b>     | <b>Audiência Pública</b>   | <b>Consulta Pública</b>  |
|--|---|--|--|
| Participação indireta (representação)    | Participação direta e indireta                | Participação direta  | Participação direta  |
| Deliberativo ou consultivo               | Deliberativo e consultivo                     | Consultivo   | Consultivo   |
| Permanente                               | Eventual                                      | Pontual  | Pontual  |
| Presencial                               | Presencial                                    | Presencial   | À distância  |
| Nível 5 de participação (Poder delegado) | Nível 6 de participação (Comunidade controla) | Nível 1 a 3 de participação (Recebe informação/ É consultada/ Opina) | Nível 1 a 3 de participação (Recebe informação/ É consultada/ Opina) |

# METODOLOGIA

## ESTUDO DE NATUREZA QUALI-QUANTITATIVA

### 1ª etapa

Análise de sete TRs utilizados para a elaboração de PMSBs

Construção do Panorama Nacional sobre a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs)

### 2ª etapa

Estudo em profundidade em seis municípios no estado da Bahia, com plano em elaboração entre 2017 e 2018

| Instituição elaboradora do Termo de Referência |  | Nº de PMSBs financiados | Ano da versão |
|--|--|-------------------------|---------------|
| Governo Federal                                | Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)  | 287                     | 2012          |
|  | Ministério das Cidades (MC)  | 28                      | 2016          |
| Comitês de bacias hidrográficas                | Agência da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - Instituto Bioatlântica (IBIO AGB DOCE)   | 165                     | 2013          |
|  | Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo (AGÊNCIA PEIXE VIVO)                        | 87                      | 2016          |
|  | Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) | 77                      | 2013          |
| Prefeituras Municipais                         | Prefeitura Municipal de Capivari de Baixo/SC   | 1                       | 2018          |
|  | Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste/RO   | 1                       | 2014          |

## Panorama Nacional

Complementação e atualização dos dados do estudo do Ministério das Cidades, de outubro de 2016 (3.903 municípios de um universo de 5.570)

**Consulta às agências de bacias hidrográficas**

**Consulta aos endereços eletrônicos das diferentes agências reguladoras de serviços de saneamento**

**Consulta aos portais de transparência da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e do Ministério das Cidades (MC)**

**Busca em dois portais de licitação**

**Consulta ao Sistema Nacional de Informações em Saneamento**

Cálculo da amostra para as cinco regiões brasileiras, com base em Triola (1998)

| Região        | Municípios com PMSB | Amostra    |
|---------------|---------------------|------------|
|               | Nº                  | Nº         |
| Norte         | 178                 | 64         |
| Centro-Oeste  | 209                 | 68         |
| Nordeste      | 317                 | 76         |
| Sudeste       | 1100                | 92         |
| Sul           | 934                 | 90         |
| <b>BRASIL</b> | <b>2738</b>         | <b>390</b> |

Sorteio, utilizando-se o programa Microsoft Office Excel, dentre os municípios que possuem plano em cada região brasileira

## Panorama Nacional

**Acesso ao documento do plano**

**Órgão/ Instituição financiadora do plano**

**Arranjo institucional adotado**

**Composição dos comitês/ grupos de trabalho**

**Setores do poder executivo participantes dos grupos**

**Mecanismos de participação utilizados**



## Estudo qualitativo

Seis municípios selecionados como estudo qualitativo:

| Município         |
|-------------------|
| América Dourada   |
| Canarana          |
| Itaguaçu da Bahia |
| Lapão             |
| Mulungu do Morro  |
| Presidente Dutra  |

Critérios de seleção:

- (i) Plano municipal de saneamento básico em elaboração;
- (ii) Critérios logísticos;
- (ii) Acesso aos membros dos grupos de trabalho para acompanhamento da elaboração do plano.

**Coleta de dados:** 15 Entrevistas semiestruturadas com membros dos grupos de acompanhamento da elaboração dos PMSBs

# RESULTADOS

## Análise dos Termos de Referência

|  | Arranjo institucional proposto |                        |               |                    |        |  |  |
|--|--------------------------------|------------------------|---------------|--------------------|--------|--|--|
|  | Funasa                         | Ministério das Cidades | Ibio AGB Doce | Agência Peixe Vivo | Agevap | Prefeitura Municipal de Capivari de Baixo/SC | Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste/RO |
| Dois grupos/comitês (Executivo e consultivo) |                                |                        |               |                    |        |  |  |
| Um grupo de trabalho ou similar              |                                |                        |               |                    |        |  |  |
| Não apresenta proposição                     |                                |                        |               |                    |        |  |  |

## Análise dos Termos de Referência

|   | Funasa | Ministério das Cidades | Ibio AGB Doce | Agência Peixe Vivo | Agevap | Prefeitura Municipal de Capivari de Baixo/SC | Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste/RO |
|---|--------|------------------------|---------------|--------------------|--------|--|--|
| <b>Sugestão de composição dos grupos de acompanhamento</b>        |        |                        |               |                    |        |  |  |
| Apresenta sugestão que inclui membros da sociedade civil          |        |                        |               |                    |        |  |  |
| Não apresenta sugestão de composição                              |        |                        |               |                    |        |  |  |
| <b>Composição paritária entre sociedade civil e poder público</b> |        |                        |               |                    |        |  |  |
| Recomenda   |        |                        |               |                    |        |  |  |
| Não apresenta nenhuma orientação                                  |        |                        |               |                    |        |  |  |

## Análise dos Termos de Referência

|   | Funasa | Ministério das Cidades | Ibio AGB Doce | Agência Peixe Vivo | Agevap | Prefeitura Municipal de Capivari de Baixo/SC | Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste/RO |
|---|--------|------------------------|---------------|--------------------|--------|--|--|
| Audiência pública                           |        |                        |               |                    |        |  |  |
| Consulta pública                            |        |                        |               |                    |        |  |  |
| Conferência Municipal                       |        |                        |               |                    |        |  |  |
| Formação de grupo para acompanhamento       |        |                        |               |                    |        |  |  |
| Discussão no Conselho Municipal             | *      |                        |               |                    |        |  |  |
| Oficinas setoriais/Plenárias regionalizadas |        |                        |               |                    |        |  |  |
| Mecanismos para capacitação                 |        |                        |               |                    |        |  |  |
| Outros mecanismos**                         |        |                        |               |                    |        |  |  |

Legenda:

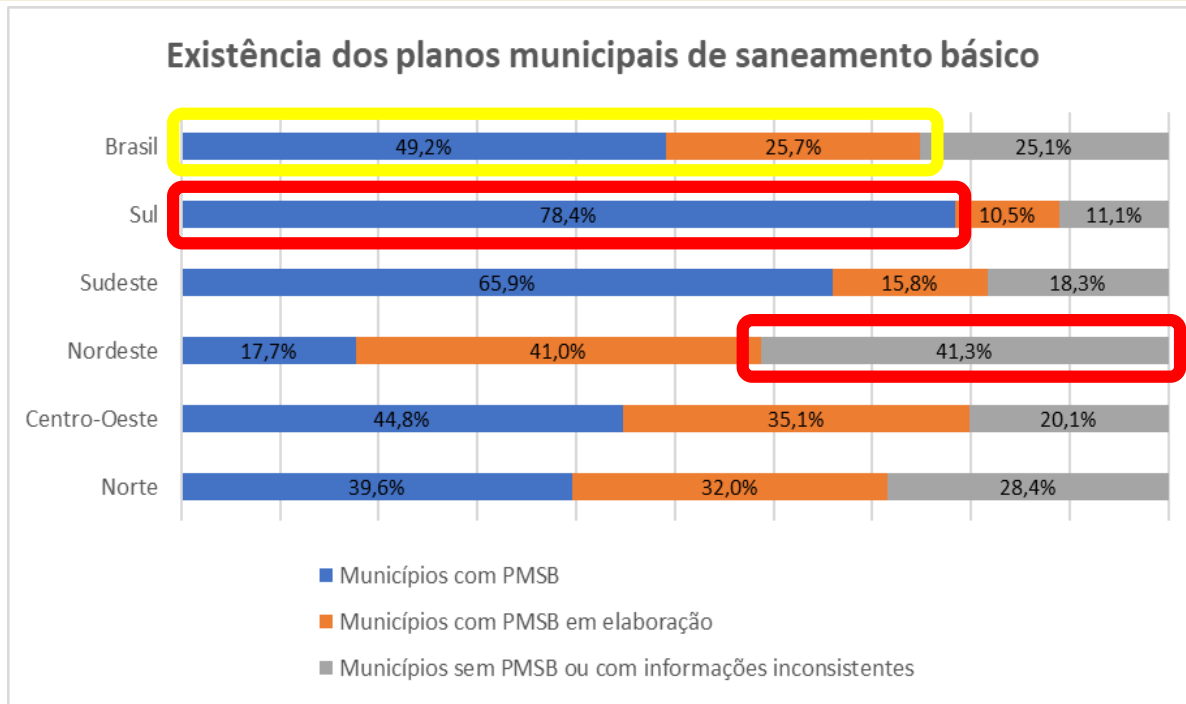
Sugere

Exige

Não é citado no TR

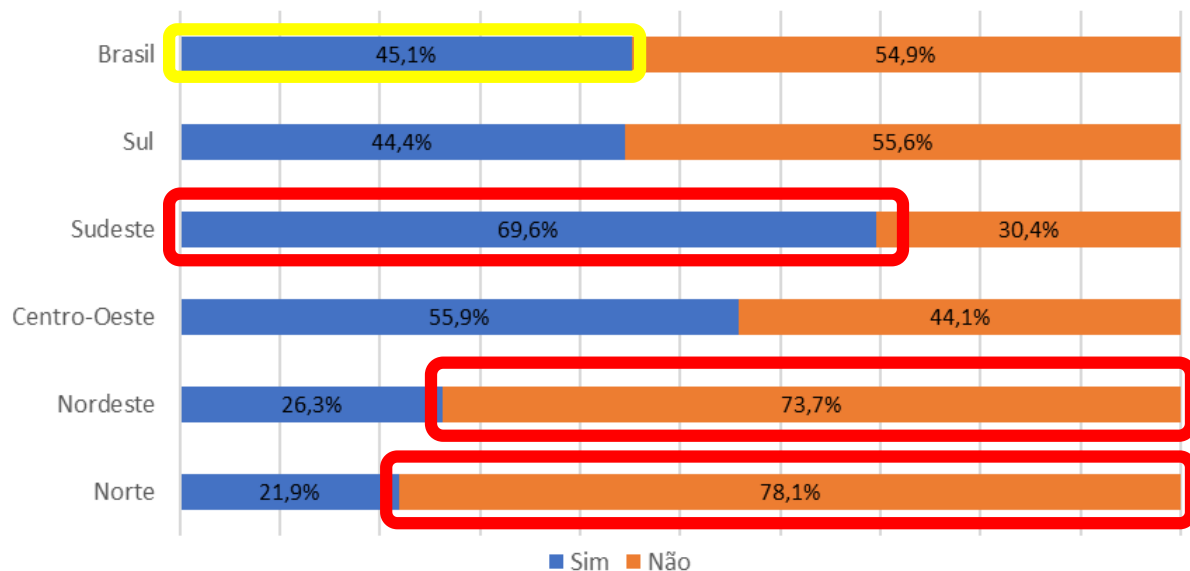
## Panorama Nacional

## Situação das regiões brasileiras em relação à existência dos planos municipais de saneamento básico



## Panorama Nacional

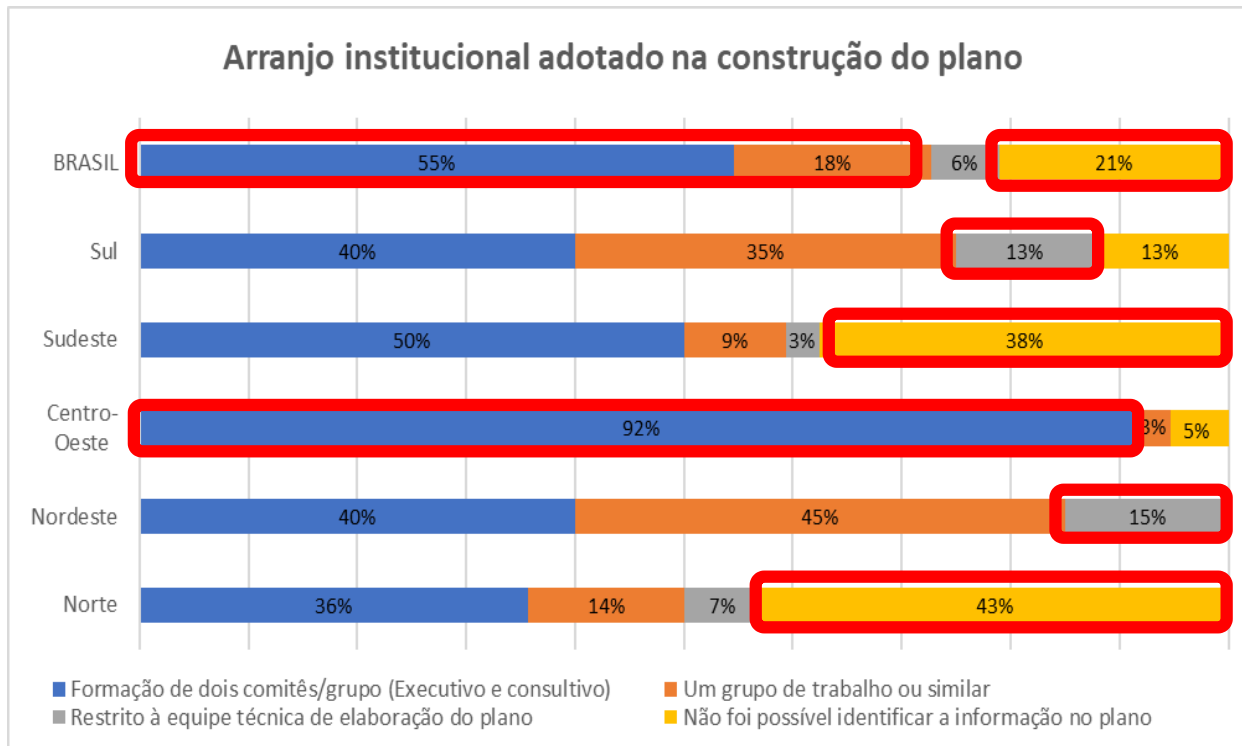
## Plano disponível à população



Capacidade de argumentação nos processos deliberativos fica limitada na falta de informação (HABERMAS, 1997).

Condições desiguais de acesso ou a informação inadequada ou dissimulada, é um desafio a ser enfrentado para o exercício democrático (AGUIAR, MELO E HELLER, 2016).

## Panorama Nacional

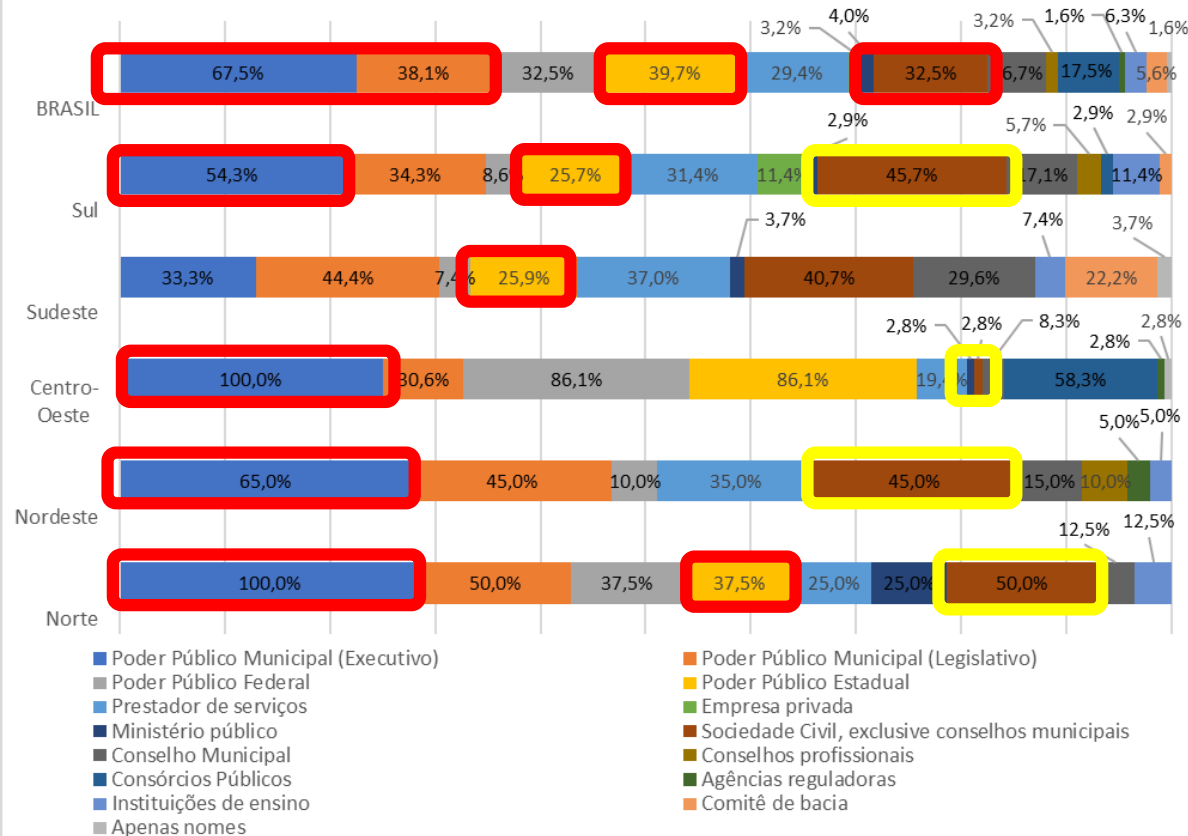




## Panorama Nacional

Dados sugerem que na formação de grupos de acompanhamento a presença da sociedade civil possa não estar sendo considerada, indicando a necessidade dos TRs passarem a fazer essa exigência da presença e paridade entre os segmentos, na formação dos grupos

Setores sociais representados no grupo de trabalho/comitê de coordenação



**OBSERVAÇÕES:**

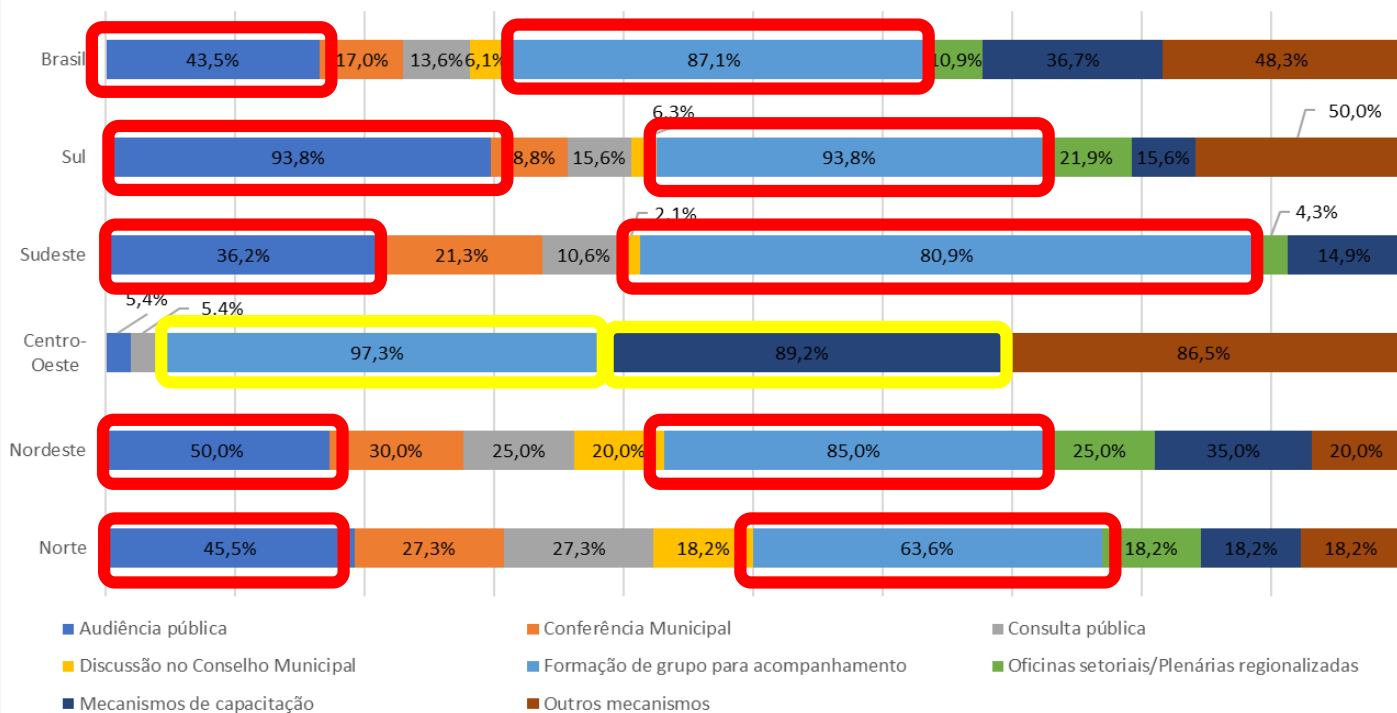
- Ausência do setor de Defesa Civil nos grupos (coordenação /executivo)
- Grande diversidade de setores do executivo na formação dos grupos

Setores como educação, saúde, meio ambiente, defesa civil e outros relacionados à infraestrutura (como obras e serviços públicos), mais voltados à operacionalização dos serviços em suas respectivas áreas de atuação, devem caminhar juntos durante a elaboração de um plano de saneamento nos municípios, pois *“não existe mais espaço para ações fragmentadas, descontextualizadas da realidade que é na sua essência complexa”* (MORAES, 2007)

- Mesmos representantes em grupos diferentes (ABRAMOVAY, 2001)

# Panorama Nacional

Mecanismos de participação utilizados durante a elaboração dos planos



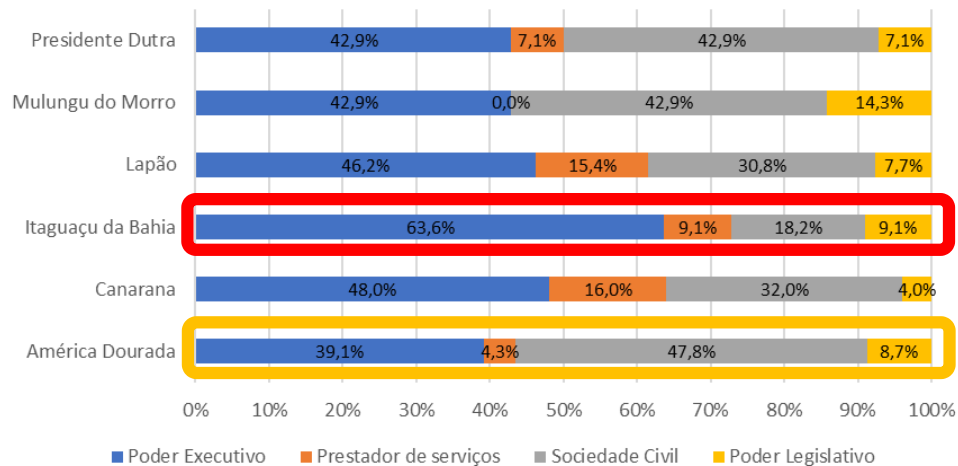
Mecanismos mais utilizados para elaboração dos planos da amostra analisada são os mesmos exigidos nos TRs analisados

**OBS:** Análise realizada apenas em termos quantitativos (existência/presença) dos mecanismos utilizados

# Estudo qualitativo

## Composição dos grupos de trabalho

Composição dos grupos de trabalho dos municípios estudados



Poder público = Constituído de Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário

Dado reflete o apontado na análise dos TRs, na qual foi possível observar que seis dos setes TRs analisados não recomendam que na formação do grupo seja observada a questão da paridade

Contudo, é preciso ir além da paridade e superar outros desafios: desigualdades educacionais, financeiras e também a cultura política brasileira (OLIVEIRA E REZENDE, 2016; TATAGIBA, 2002).

80% dos entrevistados relataram ter sido indicados por algum representante do poder executivo ou da chefia das instituições prestadoras de serviços.

## Estudo qualitativo

### Categoria 1

#### Desafios para a participação social na fase de elaboração de planos municipais de saneamento básico

- Aspectos políticos: Influência ou relação do poder executivo municipal
- Aspectos sociais: Insatisfação/descrência das comunidades
- Aspectos sociais: Receio da exposição de fala por coação política e em razão de linguagem
- Aspectos sociais: Comodismo e Individualismo
- Aspectos sociais: Disponibilidade de tempo e recursos financeiros
- Aspectos relacionados ao processo de planejamento: Espaços de legitimação e não de discussão
- Aspectos relacionados ao processo de planejamento: Força de vontade do grupo envolvido
- Aspectos relacionados ao processo de planejamento: Planejamento pensado na participação das lideranças
- Aspectos sociais: Abordagem inadequada utilizada nos mecanismos de comunicação

*“Tem pessoas que querem excluir a administração pública: “Ah, porque eu não votei, eu quero excluir”. Não gente, o prefeito ele é gestor, gestor é pra todo o município. Então dentro dessa oportunidade, vamos pegar essa oportunidade pra gente gerar um fortalecimento, conquistar nossos direitos. Ele é administrador do município para todos. Tanto faz se tem votado ou não, tem que acabar com essa imagem da gente.” –IT\_SC*

### Os aspectos políticos também podem interferir na execução do plano:

*“Hoje é assim, às vezes você tem ali um grupo que é organizado, mas não levanta a bandeira daquele político, mas aquele político é quem está ali naquela secretaria que tem o dinheiro pra investir, ai ele não investe na comunidade porque ali não tem o reduto eleitoral dele, ai ele destina pro outro, que talvez não nem seja organizado.” – LA\_PS*

Reflexo da atuação do poder público com um viés autoritário, tradição no sistema político brasileiro Borja (2004).

## Estudo qualitativo

### Categoria 1

#### Desafios para a participação social na fase de elaboração de planos municipais de saneamento básico

- Aspectos políticos: Influência ou relação do poder executivo municipal
- Aspectos sociais: Insatisfação/descrência das comunidades
- Aspectos sociais: Receio da exposição de fala por coação política e em razão de linguagem
- Aspectos sociais: Comodismo e Individualismo
- Aspectos sociais: Disponibilidade de tempo e recursos financeiros
- Aspectos relacionados ao processo de planejamento: Espaços de legitimação e não de discussão
- Aspectos relacionados ao processo de planejamento: Força de vontade do grupo envolvido
- Aspectos relacionados ao processo de planejamento: Planejamento pensado na participação das lideranças
- Aspectos sociais: Abordagem inadequada utilizada nos mecanismos de comunicação

*“O povo está um pouco desacreditado dos políticos, aí as vezes está anunciando o plano municipal, chamando a população para participar, mas o povo já cria aquela imagem de uma coisa de política. O povo está descrente com a situação do Brasil, com essa roubalheira, essas coisas... e ai eles acreditam que isso ai é só pra vir recurso pra encher os cofres de certas pessoas, e que a população só seria usada pra construir um plano desse e depois não se resolveria nada, não daria em nada. O povo está descrente do político. E quer queira quer não, isso tem que começar pelo político, pois é o poder público municipal que começa elaborando. – LA\_PS*

Feachem (1980) destaca que a participação dos indivíduos depende do histórico de suas relações anteriores com o governo, sendo que experiências malsucedidas e insatisfatórias de participação da comunidade em um projeto anterior podem levar à não participação desses.

## Estudo qualitativo

### Categoria 1

#### Desafios para a participação social na fase de elaboração de planos municipais de saneamento básico

- Aspectos políticos: Influência ou relação do poder executivo municipal
- Aspectos sociais: Insatisfação/descrência das comunidades
- Aspectos sociais: Receio da exposição de fala por coação política e em razão de linguagem
- Aspectos sociais: Comodismo e Individualismo
- Aspectos sociais: Disponibilidade de tempo e recursos financeiros
- Aspectos relacionados ao processo de planejamento: Espaços de legitimação e não de discussão
- Aspectos relacionados ao processo de planejamento: Força de vontade do grupo envolvido
- Aspectos relacionados ao processo de planejamento: Planejamento pensado na participação das lideranças
- Aspectos sociais: Abordagem inadequada utilizada nos mecanismos de comunicação

*“Muito acomodado, não reclama, acha que tá tudo bom. ‘Meu prefeito tá fazendo isso, tô vivendo hoje e o amanhã a Deus pertence’. Mas não é bem assim, o amanhã a Deus pertence, mas eu vivo com fé que amanhã vou estar viva e vou fazer hoje aqui para minhas futuras gerações. Porque o presente somos nós que tá vivendo. O presente do hoje é o rio seco, a comunidade acomodada, poucos fazendo essas reclamações. E esses ainda são perseguidos.” - IT\_SC*

*“Quando se trata de um projeto de financiamento, quando se vai garantir recursos pra própria família, de projeto de custeio, por exemplo, ai sim tem a participação de pessoas, porque vai ser beneficiado. Agora quando se trata de uma política coletiva, que não vai trazer financiamento, dinheiro pro seu bolso, a participação é sempre restringida.” –*

*IT\_PE*

Os dados, ao evidenciarem a importância de temas como individualismo e comodismo, que exigem um arcabouço teórico conceitual próprio e sólido para discussão, apontam para a necessidade de um diálogo multidisciplinar para compreender a participação social em processos de elaboração de PMSBs.

## Estudo qualitativo

### Categoria 2

#### Potencialidades para a participação social na fase de elaboração de planos municipais de saneamento básico

- Aspectos relacionados ao processo de planejamento: Compreensão da importância da participação social
- Aspectos relacionados ao processo de planejamento: Compreensão da importância do planejamento
- Aspectos relacionados ao processo de planejamento: Oficinas realizadas de forma setorializada
- Aspectos relacionados ao processo de planejamento: Ações anteriores

*“O diálogo com a população, com certeza, porque é como foi falado ali, são as pessoas que vai dizer o que tá precisando em cada localidade, é elas que tá lá na convivência do dia a dia que pode falar de alguma coisa, reclamar de alguma coisa que pode ser corrigido. Talvez a empresa esteja com um pensamento e depois de ouvir a população ela já muda o foco, então eu acho que é uma coisa indispensável no relacionamento, é procurar saber da população o que tá precisando.” IT\_PS*

O planejamento em saneamento deve ser um processo de constante diálogo com a população sobre suas prioridades e demandas, para que ela se sinta responsável pelo mesmo, buscando maior apropriação sobre todas as etapas (LISBOA, 2013; KVARNSTRÖM e af PETERSENS, 2004; RATNER E GUTIERREZ, 2004; CARVALHO, 2001; BUARQUE, 1999; FEACHEM, 1980).



## Estudo qualitativo

### Categoria 2

Potencialidades para a participação social na fase de elaboração de planos municipais de saneamento básico

- Aspectos relacionados ao processo de planejamento: Compreensão da importância da participação social
- Aspectos relacionados ao processo de planejamento: Compreensão da importância do planejamento
- Aspectos relacionados ao processo de planejamento: Oficinas realizadas de forma setORIZADA
- Aspectos relacionados ao processo de planejamento: Ações anteriores

*“Quanto mais divisão melhor, porque ai você vai ter um raio x melhor, vai ser possível enxergar melhor os problemas que a população deseja que seja sanado. O que poderia ser feito, é dividir o território mais, porque aí você vai tá no local dele, só vai ter o pessoal dele, ai ele vai estar mais à vontade pra falar as necessidades.” – LA\_PS*

### A organização desses setores deve ser melhor trabalhada

*“Você viu que eles reclamaram “localidade “x” ficou junto com localidade “y”, que era pra estar separado. [...] Às vezes as pessoas deixam de participar só porque as atividades não foram feitas na comunidade deles. [...] Eu só modificaria as oficinas, no caso que foram divididas em 5, acho que deveria ter sido criado mais, que aí você teria mais abrangência, iria saber mais a fundo das localidades pequenas que não teve nenhum questionamento, que passou. Deveria ter mais oficinas.” – LA\_PS*

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

A qualidade dos processos participativos não está relacionada apenas ao mecanismo proposto. Para ela ser efetiva deve haver a integração entre: *(i)* mecanismos de participação social; *(ii)* regras e normas que condicionam seu funcionamento; *(iii)* atuação e recursos mobilizados por governo e sociedade, variáveis propostas por AVRITZER (2008).

Pensando-se nos planos de saneamento, uma possível integração entre diferentes desenhos participativos, sendo estes exigidos nos termos de referência orientadores da elaboração dos PMSBs, pode ser um caminho a ser analisado, buscando um maior grau de envolvimento da população no planejamento municipal.

- ABRAMOVAY, R. *Conselhos além dos limites*. Estudos Avançados. vol.15 n.43 São Paulo. 2001
- AGUIAR, M.M. de.; MELO, E.M. Participação como ação comunicativa. In: HELLER, L.; AGUIAR, M. M. de; REZENDE, S. C. (Org.). *Participação e controle social em saneamento básico: Conceitos, potencialidades e limites*. Belo Horizonte: UFMG, 2016. p. 115-132.
- AGUIAR, M.M. de.; MELO, E.M; HELLER, L. A participação social em três modelos institucionais de sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Espírito Santo. In: HELLER, L.; AGUIAR, M. M. de; REZENDE, S. C. (Org.). *Participação e controle social em saneamento básico: Conceitos, potencialidades e limites*. Belo Horizonte: UFMG, 2016. p. 203-231.
- ARNSTEIN, S. R. *A Ladder of Citizen Participation*. JAIP. Vol. 35, N ° 4, July 1969, pp.216-224.
- AVRITZER, L. *Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático*. Opinião Pública, vol.14 n.1. p.43-64. 2008.
- BRASIL. *Lei nº 11445, de 05 de janeiro de 2007*. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Brasília, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Decreto nº 7217, de 21 de junho de 2010*. Regulamenta a lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências. Brasília, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Guia para a elaboração de planos municipais de saneamento básico*. Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. 2.ed. Brasília, 2011. Disponível em: <[http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/Arquivos\\_PDF/Guia\\_WEB.pdf](http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/Arquivos_PDF/Guia_WEB.pdf)>. Acesso em Fevereiro de 2018.
- CAIRNCROSS, S. *Sanitation and Water Supply: Practical Lessons from The Decade*. UNDP- World Bank Water and Sanitation Program Discussion Paper No. 9. Washington D.C.: The World Bank. 1992.
- ESCOREL, S.; MOREIRA, M. R. Participação social. In: GIOVANELLA, L.; ESCOREL, S.; LOBATO, L. V. C.; NORONHA, J. C. DE; CARVALHO, A. I. DE. *Políticas e sistema de saúde no Brasil*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2 ed., rev., amp; p.853-883, 2012.

- FARIAS, C.F.; LINS, I.L.; LOBÃO, E.R.; CARDOSO, J.A.P; PETINELLI, V. *Conferências locais, distritais e municipais de saúde: mudança de escala e formação de um sistema participativo, representativo e deliberativo de políticas públicas*. Textos para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. 2012.
- FEACHEM, R.G. *Community participation in appropriate water supply and sanitation technologies: the mythology for the Decade*. Proc. R. Soc. Lond. B 209, 15-29. 1980.
- GIOVANELLA, L. *As origens e as correntes atuais do enfoque estratégico em planejamento de saúde na América Latina*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 26-44, Mar.1991.
- KVARNSTRÖM, E.; AF PETERSENS, E. *Open Planning of Sanitation Systems*. EcoSanResPublication Series. Report 2004-3. Stockholm Environment Institute; Stockholm, Sweden, 2004.
- LISBOA, S. S. *Planejamento Municipal de Saneamento por Convicção ou por Obrigação? Uma Avaliação das Implicações em Penápolis/SP e Itapira/SP*. Tese de Doutorado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos – DESA/UFMG: Belo Horizonte, 2013, 182 p.
- MATTOS, C. A. de. *Estado, procesos de decisión y planificación en América Latina*. In: Revista de La Cepal. Chile, nº 31: p. 119 - 137, abr. 1987.
- MCCONVILLE, J.R. *Unpacking Sanitation Planning: Comparing Theory and Practice*. Department of Architecture. Chalmers University of Technology. Gothenburg, Sweden, 2010.
- MC/SNSA (Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental). *Panorama dos planos municipais de saneamento básico no Brasil*. Disponível em <[http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/Arquivos\\_PDF/panorama\\_planos\\_municipais\\_de\\_saneamento\\_basico.pdf](http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/Arquivos_PDF/panorama_planos_municipais_de_saneamento_basico.pdf)>. Acesso em agosto de 2017.

- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2007.
- MORAES, L.R.S. A intersectorialidade em saúde e saneamento e o controle social. *In: Controle Social no Saneamento: perspectiva para uma cidade saudável*. Natal: ARSBAN, 2007. p.65-91.
- MORAES, L. R. S.; BORJA, P. C. *Política e Plano Municipal de Saneamento Ambiental: Experiências e Recomendações*. Organização Panamericana da Saúde/Ministério das Cidades-Programa de Modernização do Setor de Saneamento. Brasília: OPAS, 2005.
- OSUMANU, I.K. *Community involvement in urban water and sanitation provision: The missing link in partnerships for improved service delivery in Ghana*. *Journal of African Studies and Development* Vol. 2(8), pp. 208-215, November 2010.
- PETINELLI, V; LINS, I.L; FARIAS, C.F. *Conferências de políticas públicas: um sistema integrado de participação e deliberação?*. Textos para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. 2012.
- PIRES, R.; VAZ, A. *Participação social como método de governo? Um mapeamento das “interfaces societais” nos programas federais*. Brasília: Ipea. (Texto para Discussão, n.1707). 2012.
- RAIMER, R.R.; FONSECA, I.F.; OLIVEIRA, M.S. DE; PEREIRA, A.K. *Audiências públicas: fatores que influenciam seu potencial de efetividade no âmbito do Poder Executivo federal*. *Revista do Serviço Público Brasília* 64 (1): 7-29 jan/mar 2013.
- RIVERA, Uribe. *Por um modelo de formulação de políticas de saúde baseado no enfoque estratégico da planificação*. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 4, n. 3, p. 444-462, out/dez. 1987.
- TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. *In: DAGNINO, E. (Org). Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, pp. 143-192.
- TRIOLA, M. F. *Introdução à estatística*. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

**OBRIGADA!**

